

SUMÁRIO

(Gerado automaticamente pelo sistema.)

Doc. 1 - 07/07/2016 - RELATÓRIO

Pagina 2

Doc. 2 - 23/07/2016 - VOTO

Pagina 5

Doc. 3 - 29/07/2016 - ACÓRDÃO

Pagina 10

Tipo documento: **RELATÓRIO**

Evento: **JUNTADA - DOCUMENTO - RELATÓRIO**

Data: **07/07/2016 16:39:37**

Documento 1



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006629-07.2016.827.0000

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO
TRIBUTÁRIO C.C REPETIÇÃO DO INDÉBITO Nº 0011139-
24.2016.827.2729, 2ª VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
AGRAVADA: MARIA DO CARMO PINHEIRO DOS SANTOS MINEIRO
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz MÁRCIO BARCELOS COSTA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo ESTADO DO TOCANTINS, contra decisão proferida nos autos da ação em epígrafe, ajuizada por MARIA DO CARMO PINHEIRO DOS SANTOS MINEIRO.

No feito de origem, a autora, ora agravada, afirmou possuir contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Energisa, razão pela qual pleiteou a suspensão da incidência de ICMS sobre as parcelas que não correspondem ao preço pago pela energia elétrica efetivamente consumida, tais como, Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e demais encargos setoriais.

Afirmou que o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS calculado sobre as referidas taxas e encargos estão sendo cobrados nas faturas mensais. Aduz que a cobrança não possui amparo legal ou constitucional, além de contrariar entendimento firmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Pátrios.

Formulou pedido liminar objetivando afastar a incidência do ICMS sobre a energia elétrica não consumida.

O pedido urgente foi deferido, o que motivou a interposição do presente recurso pelo ESTADO DO TOCANTINS.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Inconformado, o agravante contesta a existência dos requisitos legais autorizadores do pedido liminar deferido na origem.

Defende que a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) devem integrar a base de cálculo do ICMS.

Assim, pleiteia a atribuição de efeito suspensivo à decisão recorrida até julgamento final do presente recurso, bem como estabelecido a cobrança normal do ICMS nas contas de energia elétrica da Unidade Consumidora registrada em nome da agravada.

No mérito, requer a reforma da decisão agravada.

O pedido urgente não foi concedido.

A agravada apresentou contrarrazões recursais, pugnando pelo não provimento do recurso.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral de Justiça opina pelo não provimento do agravo, a fim de que seja mantida a decisão combatida.

É o relatório. Peço dia para julgamento.

Palmas-TO, 6 de julho de 2016.

Juiz MÁRCIO BARCELOS COSTA
Relator em substituição

JB



Tipo documento: **VOTO**

Evento: **JUNTADA - DOCUMENTO - VOTO**

Data: **23/07/2016 18:21:48**

Documento 2



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006629-07.2016.827.0000

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO
TRIBUTÁRIO C.C REPETIÇÃO DO INDÉBITO Nº 0011139-
24.2016.827.2729, 2ª VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
AGRAVADA: MARIA DO CARMO PINHEIRO DOS SANTOS MINEIRO
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz MÁRCIO BARCELOS COSTA

V O T O

Conforme relatado, trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo ESTADO DO TOCANTINS, contra decisão proferida nos autos da ação em epígrafe, ajuizada por MARIA DO CARMO PINHEIRO DOS SANTOS MINEIRO.

No feito de origem, a autora ora agravada, afirmou possuir contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Energisa, razão pela qual pleiteou a suspensão da incidência de ICMS sobre as parcelas que não correspondem ao preço pago pela energia elétrica efetivamente consumida, tais como, Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e demais encargos setoriais.

Afirmou que o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS calculado sobre as referidas taxas e encargos estão sendo cobrados nas faturas mensais. Aduz que a cobrança não possui amparo legal ou constitucional, além de contrariar entendimento firmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Pátrios.

Formulou pedido liminar objetivando afastar a incidência do ICMS sobre a energia elétrica não consumida.

O pedido urgente foi deferido, o que motivou a interposição do presente recurso pelo ESTADO DO TOCANTINS.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Inconformado, o agravante contesta a existência dos requisitos legais autorizadores do pedido liminar deferido na origem.

Defende que a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) devem integrar a base de cálculo do ICMS.

Assim, pleiteia a atribuição de efeito suspensivo à decisão recorrida até julgamento final do presente recurso, bem como estabelecido a cobrança normal do ICMS nas contas de energia elétrica da Unidade Consumidora registrada em nome da agravada.

No mérito, requer a reforma da decisão agravada.

O pedido urgente não foi concedido.

A agravada apresentou contrarrazões recursais, pugnando pelo não provimento do recurso.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral de Justiça opina pelo não provimento do agravo, a fim de que seja mantida a decisão combatida.

No caso em análise, busca o agravante a reforma da decisão singular, que determinou a suspensão da cobrança do ICMS sobre o valor correspondente ao sistema de distribuição (TUSD), transmissão de energia elétrica (TUST) e encargos setoriais referentes às unidades consumidoras pertencentes à agravada.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, tem entendimento que a Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica – TUST e a Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD não fazem parte da base de cálculo do ICMS, já que o fato gerador do imposto é a saída da mercadoria, ou seja, no momento em que a energia elétrica é efetivamente consumida pelo contribuinte, circunstância não consolidada na fase de distribuição e transmissão.

Nesse sentido:

“STJ. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. ILEGITIMIDADE. PRECEDENTES. TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (TUST E TUSD). INCIDÊNCIA DA SÚMULA 166/STJ. PRECEDENTES. 1. Discute-se nos autos a possibilidade de o contribuinte pagar ICMS sobre os valores cobrados pela transmissão e distribuição de



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

energia elétrica, denominados no Estado de Minas Gerais de TUST (Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e TUSD (Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica). 2. A jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que, nos casos de discussão sobre a cobrança de ICMS, a legitimidade passiva é do Estado, e não da concessionária de energia elétrica. Precedentes. 3. A Súmula 166/STJ reconhece que "não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte". Assim, por evidente, não fazem parte da base de cálculo do ICMS a TUST (Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e a TUSD (Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica). Precedentes. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1359399 MG 2012/0269472-0, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 11/06/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/06/2013).

Além disso, a matéria consta da Súmula nº 391, do STJ, que pacificou o entendimento de que “o ICMS incide sobre o valor da tarifa de energia elétrica correspondente à demanda de potência efetivamente utilizada”.

Por conseguinte, não me parece razoável permitir a incidência de ICMS sobre o valor do contrato referente à mera reserva de potência, não se enquadrando, destarte, na qualidade de energia elétrica utilizada.

Deste modo, ao que tudo indica, eventuais tarifas e encargos setoriais em operações de fornecimento de energia elétrica, não podem compor a base de cálculo do ICMS, uma vez que não configuram consumo.

Sobre a alegação do agravante, acerca das vedações determinadas pela Lei nº 9.494, de 1997 – frisa-se que o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento no sentido de que o impedimento incide sob cinco situações, a saber: reclassificação ou equiparação de serviços públicos; concessão de aumento ou extensão de vantagens pecuniárias; outorga ou acréscimo de vencimentos e vantagens pecuniárias do servidor e/ou



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

esgotamento total ou parcial do objeto da ação, desde que se refira exclusivamente a qualquer das matérias acima mencionadas.

Desse modo, a suspensão da cobrança do ICMS sobre o valor correspondente ao sistema de distribuição e transmissão de energia elétrica (TUSD e TUST) referente às unidades consumidoras da agravada, não se enquadra em qualquer das hipóteses preconizadas pela Lei, vez que, além de inexistir risco de perigo de irreversibilidade da concessão de tutela antecipada, já que, se, ao final da demanda, a liminar não vier a ser confirmada, bastará à agravada pagar o imposto devido durante o período em que esteve judicialmente amparada, é visível o receio de dano de difícil reparação em razão da possibilidade de ocorrência de dispêndio indevido ao agravante caso seja impelido ao pagamento de cobrança de forma irregular.

Posto isso, conheço do Agravo de Instrumento e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, que determinou o ESTADO DO TOCANTINS a suspensão da cobrança do ICMS sobre o valor correspondente ao sistema de distribuição (TUSD), transmissão de energia elétrica (TUST) e encargos setoriais referentes às unidades consumidoras da agravada.

É como voto.

Palmas-TO, 20 de julho de 2016.

Juiz MÁRCIO BARCELOS COSTA
Relator em substituição

JB



Tipo documento: **ACÓRDÃO**

Evento: **JUNTADA - DOCUMENTO - ACÓRDÃO-MÉRITO**

Data: **29/07/2016 09:16:35**

Documento 3



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006629-07.2016.827.0000

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO
TRIBUTÁRIO C.C REPETIÇÃO DO INDÉBITO Nº 0011139-
24.2016.827.2729, 2ª VARA DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
AGRAVADA: MARIA DO CARMO PINHEIRO DOS SANTOS MINEIRO
SECRETARIA: 2ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: Des. MARCO VILLAS BOAS
RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz MÁRCIO BARCELOS COSTA

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ICMS. ENERGIA ELÉTRICA. INCIDÊNCIA SOBRE A DEMANDA EFETIVAMENTE UTILIZADA. TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (TUST E TUSD). INEXISTÊNCIA DE FATO GERADOR.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que não faz parte da base de cálculo do ICMS a Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica- TUST e a Taxa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - TUSD, já que o fato gerador do imposto é a saída da mercadoria, ou seja, o momento em que a energia elétrica é efetivamente consumida pelo contribuinte, circunstância não consolidada na fase de distribuição e transmissão.

TUTELA ANTECIPADA EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE.

2. É admissível concessão de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública, no caso, não incide as vedações contidas na Lei nº 9.494, de 1997, por inexistir irreversibilidade da medida. Precedentes do STJ.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador MARCO VILLAS BOAS

ACÓRDÃO

Agravo de Instrumento nº 0006629-07.2016.827.0000, em que figuram como Agravante Estado do Tocantins e Agravada Maria do Carmo Pinheiro dos Santos Mineiro.

Sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES, a 2ª Turma da 2ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, conheceu do presente recurso e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, que determinou o ESTADO DO TOCANTINS a suspensão da cobrança do ICMS sobre o valor correspondente ao sistema de distribuição (TUSD), transmissão de energia elétrica (TUST) e encargos setoriais referente às unidades consumidoras da agravada, nos termos do voto do Relator, lido na assentada de julgamento e que deste passa a fazer parte.

Votaram com Relator os Exmos. Srs. Desembargadores JOÃO RIGO GUIMARÃES e HELVÉCIO MAIA NETO.

Ausência justificada da Exma. Sra. Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE.

Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Exmo. Sr. MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA.

Palmas-TO, 20 de julho de 2016.

Juiz MÁRCIO BARCELOS COSTA
Relator em substituição

JB